

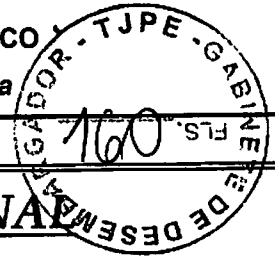


PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

049



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002713-51.2010.8.17.0000 (0208571-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO

PACIENTE: CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTONIO CABRAL MAGGI

5734
EMENTA: HABEAS CORPUS. IDÊNTICA SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL. EXISTÊNCIA DE OUTRO FEITO CRIMINAL EM DESFAVOR DO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. EXTENSÃO DA ORDEM. POR MAIORIA.

1. Encontrando-se o paciente abrangido pelo decreto prisional julgado sem a devida fundamentação na mesma situação fático-processual dos demais co-denunciados, é mister a extensão da ordem.
2. A existência de outra demanda criminal por crime de trânsito em desfavor do paciente, *per si*, não tem o condão de obstar a concessão de sua liberdade provisória.
3. Extensão da ordem de *Habeas corpus*.
4. Por maioria.

ACÓRDÃO

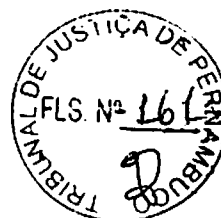
Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0002713-51.2010.8.17.0000 (0208571-0), ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta

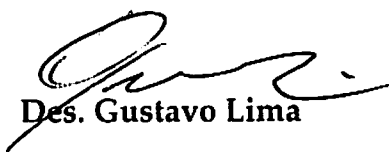
Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos, estender a ordem de *habeas corpus* para CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA, para que o mesmo seja posto em liberdade se por outra razão não deva permanecer preso.

050

Recife, 11 de maio de 2010.

Des. Presidente




Des. Gustavo Lima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

051

HABEAS CORPUS Nº 0208571-0

COMARCA: RECIFE-PE 9ª Vara Criminal

IMPETRANTE: MAURICIO BEZERRA ALVES Fº e IVAN OLIVEIRA DE MEDEIROS

PACIENTE: CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se ordem de *habeas corpus* impetrada com pedido liminar pelo bel. MAURICIO BEZERRA ALVES FILHO e IVAN OLIVEIRA DE MEDEIROS em favor de **CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA** apontando como autoridade coatora o juiz de Direito 9ª da Vara Criminal da comarca do Recife, alegando constrangimento ilegal por excesso de prazo processual para encerramento da instrução criminal. Ao final, pugna pela expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem alegando que o paciente encontra-se preso desde o dia 18 de agosto de 2009 por força de prisão preventiva decretada pela autoridade apontada coatora. O paciente foi denunciado por suposta participação em uma suposta organização criminosa com atuação na região metropolitana do Recife, o qual teria violado o parágrafo único do art. 288 do Código Penal. A denúncia foi recebida em 04 de maio de 2009.

Enfatiza, os impetrantes, que os autos foram remetidos ao Mutirão carcerário do Sistema Judiciário que, em sede de habeas corpus concedeu liberdade provisória a outros co-réus em situação idêntica a do paciente. Assim, requereu a extensão do benefício, contudo, o pedido restou indeferido. Aduzem excesso de prazo na formação da culpa, haja vista, que o paciente se encontra preso cautelarmente há mais de seis meses.

[Assinatura]
fcs

052



Sustentam, que a instrução caminha a passos lentos com sucessivos adiamentos. Informa, ainda, que desde a ultima audiência designada para o dia 29 de janeiro do ano em curso, que não se realizou por ausência de juiz substituto para presidir o ato processual, não teve a contribuição do paciente.

Defende a concessão da liberdade provisória ao paciente que preenche os requisitos exigidos, na forma prescrita no parágrafo único do art 310 do CP. O paciente primário possui residência fixa e profissão definida. Afirmam, que estão ausentes os requisitos da prisão preventiva. Alegam, por fim, que a manutenção do paciente no cárcere é ilegal e uma afronta ao princípio da presunção de inocência.

Instruem o pedido os documentos de fls 20/106.

A liminar pleiteada foi indeferida as fls 112/113.

A autoridade indicada coatora prestou informações as fls 119/121.

A Douta Procuradoria de Justiça opina as fls 129/132 pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

fcsi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 208571-0

HABEAS CORPUS

053

IMPETRANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO

PACIENTE: CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador (a).

Os Bacharéis Maurício Bezerra Alves Filho e Ivan Oliveira de Medeiros Correia impetraram a presente ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de Carlos André Barbosa da Silva, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE, alegando constrangimento ilegal em face do decreto de prisão preventiva, objetivando assim a concessão do *writ* em favor do paciente.

Depreende-se dos autos, que o paciente foi denunciado (em 29.04.2009) pelo representante do Ministério Público, como incurso na pena prevista no art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro (quadrilha armada).

Narra a denúncia, que "durante o ano de 2008 até a data de 22 de abril de 2009, os denunciados integraram uma perigosa e bem articulada quadrilha ou bando armado, dedicado à prática reiterada de roubos, sobretudo, na modalidade "saída de banco", assaltos a estabelecimento comerciais, carros fortes, comércio ilegal de armas de fogo e entorpecentes, além de homicídios."

Consta ainda na peça inicial, que "as atividades ilícitas do bando vinham sendo investigadas desde o mês de agosto de 2008, a partir do levantamento do sigilo de conversações telefônicas interceptadas em inquérito policial distinto, bem como através de sucessivas medidas cautelares de quebra de sigilo e interceptações telefônicas, nas quais se descobriu a estrutura do bando, cujas práticas delitivas findaram no citado dia 22 de abril de 2009, em razão da prisão cautelar de 20 membros da quadrilha."

054

Aduz o impetrante, em síntese, que está havendo constrangimento ilegal em desfavor do paciente, posto que não existem elementos suficientes para fundamentar a sua prisão preventiva. Sendo assim, deve ser revogado o decreto da custódia cautelar.

Alega ainda o impetrante que o paciente se encontra preso há mais de 180(cento e oitenta) dias, sem a definição da sua situação jurídica, configurando-se assim excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal. Desta forma requer que seja concedida a ordem de *habeas corpus* e a conseqüente expedição do Alvará de soltura.

Das informações prestadas pela autoridade coatora, à fl. 119/121, vê-se que o paciente foi denunciado juntamente com mais 30 acusados pelo crime de formação de quadrilha que tinha como finalidade a prática de vários assaltos a bancos, dentre outros delitos. Relatou ainda o magistrado que o acusado ora paciente teria praticado vários assaltos tipo "saída de banco", juntamente com os demais comparsas, na função de olheiro, observando quem saía do banco com dinheiro e às vezes perseguindo as vítimas numa motocicleta.

Afirmou também MM. juiz de Direito que o decreto da prisão preventiva em desfavor do paciente encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, uma vez que o mesmo é integrante de uma quadrilha armada, autora de vários crimes.

Por fim, informa o magistrado *a quo*, que o processo encontra-se com o trâmite regular e que não existe excesso de prazo na formação da culpa, tendo em

vista a multiplicidade de réus. Acrescentou ainda que o referido processo está na fase final da instrução criminal.



Pelas informações prestadas pela autoridade coatora, verifica-se que o retardamento do processo não pode ser imputado ao juízo processante, pois o magistrado foi extremamente diligente, tomando todas as medidas cabíveis. Deste modo, encontrando-se o atraso no andamento do processo devidamente justificado, considero, no entanto, inexistir constrangimento ilegal.

055

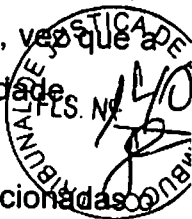
Além do mais, o prazo para o encerramento do processo deve ser observado dentro do juízo de razoabilidade. O retardo na tramitação processual como já foi dito não é decorrente de desídia do poder judiciário, mas como bem salientou o magistrado, resultado da complexidade do processo devido à quantidade de acusados, ou seja, 31 acusados e, por este motivo, requer, período superior aos tramites processuais necessários a conclusão da instrução.

Diante deste posicionamento, o Tribunal de Justiça de Pernambuco já se manifestou nos seguintes termos;

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. EXCESSO DE PRAZO. PLURALIDADE DE ACUSADOS E DE CRIMES. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATORIA. COMPLEXIDADE DO FEITO, INCIDENCIA DO PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE. EXISTENCIA DE PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA. VEDAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTIGO 310, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP). I – O excesso de prazo, embora caracterizado e não atribuível à defesa, revela-se justificado pela complexidade do feito, consubstanciada na pluralidade de acusados e de crimes a serem apurados (...)"(TJ – HABEAS CORPUS Nº 115892-3, Relatora Helena Caúla Reis, Segunda Câmara Criminal 17/11/2004 às 14:00 horas - Nº DJ: 222. Data da publicação: 02/12/2004).

Ante o exposto, não vislumbrando constrangimento ilegal a ser sanado via *habeas corpus*, pois a demora aduzida pelo impetrante ocorreu por motivo de força maior, não podendo ser atribuído ao juízo o alegado constrangimento ilegal, vez que a realização dos atos processuais estão acontecendo dentro de uma razoabilidade.

056



Convém salientar que segundo as informações acima mencionadas, o processo está na fase final da instrução, tendo sido ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa. Ficando designada audiência para interrogatório dos acusados, inclusive, do paciente.

Quanto à alegação da revogação do decreto preventivo por ausência de fundamentos para sua manutenção, vejo que não há que prosperar, pois o ilustre Magistrado firmou seu entendimento da necessidade da custódia cautelar na existência de fortes indícios de autoria e materialidade do crime, bem como para garantir a ordem pública e a instrução criminal, como também para assegurar aplicação da lei penal.

Sendo assim, pode-se afirmar que o decreto de prisão preventiva contém seus requisitos autorizadores, baseados no art. 312 do Código de Processo Penal, por encontrar presentes os indícios de autoria da prática delitiva, sendo assim necessária a custódia cautelar para garantia da ordem pública, uma vez que o acusado é integrante de uma quadrilha armada, autora de vários crimes: roubo, homicídio etc.

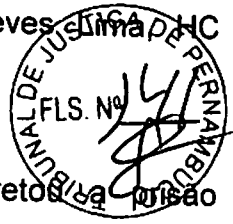
Ademais, tem-se que a primariedade, a ausência de antecedentes criminais e a residência fixa, por si sós, não afastam a possibilidade de manutenção da prisão preventiva, uma vez que as condições pessoais favoráveis não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos dos autos, como no presente caso.

Nesse sentido vale colacionar o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) 2. Havendo menção às situações concretas que demonstrem a necessidade de se preservar a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, quais sejam, as ameaças dirigidas às testemunhas e a reiteração da prática delituosa, mostra-se devidamente justificada a prisão cautelar. 3.

Eventuais condições pessoais favoráveis não garantem o direito subjetivo à revogação da custódia cautelar quando a prisão preventiva é decretada com observância no art. 312 do CPP. (...)." (STJ, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, HC 70480/GO, DJ 03/04/2008).

057



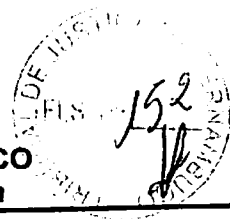
Dessa forma, vê-se que a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se bem fundamentada no que se refere à necessidade, neste momento processual, de se manter a segregação do paciente visando garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, motivo pelo qual deve ser mantida.

Posto isso, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002713-51.2010.8.17.0000 (208571-0)

058

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO

PACIENTE: CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Milta Maria Paes de Sá

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

VOTO-VISTA

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

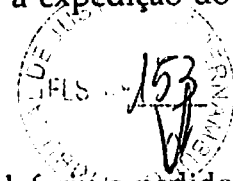
Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Bel. Maurício Bezerra Alves Filho e pelo Acadêmico de Direito Ivan Oliveira de Medeiros Correia em favor de **CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA**, o qual se encontra recolhido preventivamente, denunciado pela suposta prática de crime previsto no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital.

Aduz o impetrante que a prisão do acusado é desnecessária e que o juiz não apontou qualquer motivo concreto para a sua manutenção. Alega que, em sede de mutirão carcerário, foi concedida liberdade provisória a co-réus em situação idêntica à do paciente.

Afirma o impetrante, ainda, que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a instrução criminal.

Por tais razões, pugna pela concessão da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura em favor daquele.



Às fls. 112/113, o eminente Desembargador Relator indeferiu o pedido de liminar formulado pelo impetrante.

059

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 119/121, relatando que o paciente foi denunciado por fazer parte de uma quadrilha especializada na prática de assaltos à banco, dentre outros crimes. Inclusive, o acusado teria cometido vários roubos do tipo "saídas de banco" juntamente com seus comparsas.

De acordo com o douto juiz, o decreto de prisão preventiva fundamenta-se na garantia da ordem pública, uma vez que o paciente integra uma quadrilha armada acusada de vários crimes.

Ainda segundo o magistrado, o processo se encontra em sua fase final de tramitação, tendo sido designada audiência para oitiva dos acusados.

Instada a emitir seu parecer, a Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem.

Em sessão realizada no dia 30 de março do ano em curso, o Exmº Desembargador Relator votou pela denegação do writ, por entender que o decreto prisional se encontra devidamente fundamentado e que o deve ser observado o princípio da razoabilidade.

Para melhor análise das minúcias que envolvem o caso, pedi vista dos autos, passando agora a expor meu entendimento.

Pois bem.

Como se sabe, o artigo 580 do CPP dispõe que "No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".

060

No presente caso, os co-réus Carolinne Nunes de Oliveira, Sidney Pedrosa da Silva, André Duarte dos Santos, Emerson Almeida Nogueira de Souza, Bruno Rafael Felix da Silva e, posteriormente, Joelma Xavier de Santana, foram beneficiados com a concessão de liberdade provisória. Entendeu a douta juíza, ao conferir tal privilégio, que a liberdade dos réus em nada afrontaria a ordem pública, tendo em vista que eles são primários e não respondem a outra ação penal.

O pedido formulado em favor do paciente, por outro lado, foi indeferido sob a alegação de que ele estava respondendo a processo por crime de homicídio culposo no trânsito, em tramitação na Comarca de Garanhuns. Por tal razão, entendeu a juíza que ele não estava na mesma situação dos co-réus beneficiados com a liberdade provisória.

É certo, no entanto, que a justificativa apresentada pela julgadora de primeiro grau não tem o condão de, por si só, obstar a concessão de liberdade provisória ao réu. De fato, não poderia ser negado ao paciente, o direito à liberdade simplesmente por estar respondendo a outro processo crime. Tal circunstância não se enquadra nas hipóteses autorizadoras da prisão preventiva. Além disso, o entendimento da magistrada afronta de forma explícita o princípio constitucional da presunção de inocência. Não se pode dizer que o acusado é contumaz na prática criminosa, uma vez que não há qualquer sentença condenatória transitada em julgado contra ele.

Logo, não há qualquer dado concreto na decisão impugnada que demonstre a necessidade da custódia cautelar, a qual, portanto, não deve ser mantida. Neste sentido:

061

STJ: Prisão preventiva (requisitos). Hábito na prática do delito (motivação). Fundamentação (insuficiência). Revogação (caso). 1. O simples fato de estar a paciente respondendo a outros processos criminais não implica a existência de antecedentes, tampouco basta ao encarceramento provisório. 2. Não se pode afirmar que a paciente encontra-se em lugar incerto e não-sabido se, após deferida a liminar, compareceu ela em Juízo, o que demonstra seu interesse em responder a todos os atos do processo. 3. Presume-se que toda pessoa não será considerada culpada até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. 4. De mais a mais, os elementos dos autos são indicativos de que estamos diante de prisão não-necessária. 5. Habeas corpus concedido. (Habeas Corpus 41497/GO. Relator Ministro Nilson Naves. Sexta Turma. Julgamento em 06/03/2007)

Frise-se, por outro lado, que o paciente foi absolvido no outro processo a que responde como réu, de modo que sua situação é, mais do que nunca, idêntica à dos acusados já em liberdade. Assim, resta evidente que o pedido de extensão formulado em favor do paciente deve ser acolhido, dando-se a ele o mesmo tratamento dispensado aos outros acusados favorecidos com a concessão da liberdade provisória.

Sendo assim, pedindo vênias ao ilustre Desembargador Relator, o meu voto é pela concessão da ordem a fim de que sejam estendidos ao paciente os efeitos da decisão que concedeu liberdade provisória aos co-réus Carolinne Nunes de Oliveira, Sidney Pedrosa da Silva, André Duarte dos Santos, Emerson Almeida Nogueira de Souza, Bruno Rafael Felix da Silva e Joelma Xavier de Santana.

É COMO VOTO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



QUARTA CÂMARA CRIMINAL - 30 03 2010
HABEAS CORPUS Nº 208571-0 - RECIFE
IMPETRANTE : MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO
PACIENTE : CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

RELATÓRIO ÀS FLS. 135/136 DOS AUTOS.

O EXMOS. SR. PROCURADOR DE JUSTIÇA – DR. MÁRIO GERMANO PALHA PROCEDEU À LEITURA DO PARECER DE FLS. 128/132 DOS AUTOS.

DEFESA ORAL

ADVOGADO – MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO – OAB/PE 23.923

Exmo. Sr. Desembargador Presidente desta eg. Câmara – Dr. Marco Maggi,
Demais componentes: Desembargador Gustavo Lima, Desembargador Alexandre Assunção,
Ilmo. Sr. Procurador de Justiça,
Meus colegas aqui presentes – Advogadas e Advogados,
Meus Senhores e minhas Senhoras,

As razões que me fazem vir aqui sustentar as razões da impetração é porque entende este impetrante que, mesmo com as considerações já feitas, nos autos pela acusação e, agora nesta sessão, pelo ilustre Procurador, ao paciente deve ser observado, como a todo cidadão no estado democrático de direito, as garantias constitucionais.

O paciente encontra-se colhido desde do dia 18 de agosto de 2009 por suposta infração ao art. 288, do CP. Aduz a acusação que ele supostamente faria parte de um bando armado. Essa prisão se dera em razão de uma operação que foi desencadeada o ano passado, precisamente no mês de abril de 2009, pela polícia judiciária do nosso Estado, operação denominada "cheque-mate".

Pois bem!

A autoridade policial representou pela preventiva do paciente, naquela oportunidade em abril de 2009. E a douta autoridade judiciária, o juiz na 9ª Vara Criminal decretou-lhe a prisão preventiva. No entanto transcorreram pouco mais de quatro meses e ele só veio a saber do decreto de prisão contra si quando, trabalhando, se deslocando da cidade de Garanhuns para a cidade de Caruaru; Garanhuns como já está consignado na impetração é o domicílio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

063

do paciente; descobriu, numa blitz rotineira da polícia rodoviária federal, que havia esse decreto de constrição, e aí foi recolhido, isso em agosto do ano passado.

Havia, já na oportunidade da prisão do paciente, em sede de mutirão carcerário que se instalou aqui em nosso Estado, mutirão do CNJ, uma decisão que concedeu liberdade provisória a co-réus, em número de cinco pessoas, observando serem eles acusados apenas de uma imputação neste processo que ora impetramos, esse habeas corpus. Então seriam aqueles pacientes que respondiam apenas a esses processos e acusados dessa formação de quadrilha. Em razão disso, a defesa do paciente, ingressou com um pedido de extensão dos efeitos dessa decisão, por entender que alcançaria também ele essa decisão.

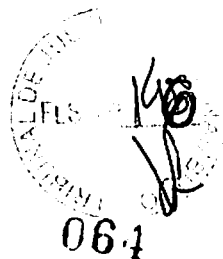
Remetidos aos autos, de novo, ao mutirão carcerário, a nobre magistrada que funcionou no feito entendeu por indeferir o pedido de extensão de liberdade, pois havia contra o paciente uma acusação na comarca de Garanhuns de um delito culposos, de um homicídio culposos – um delito de trânsito, e consignou; vou pedir licença a V.Exas. para ler no trecho dos fundamentos desse indeferimento, que consignou às fls. 2331/2331v (leu fl. 76). Esse trecho do texto, dessa decisão a que me refiro, consignado também na impetração.

A defesa do paciente diligenciou na comarca de Garanhuns e juntou aos autos da ação principal cópia das alegações finais do ministério público, naquele processo em que se dizia que ele era acusado por outro crime e por essa razão a ele não seria concedida a liberdade neste feito, a defesa diligenciou e juntou as alegações finais do ministério público pela absolvição do paciente e, claro, a da defesa no mesmo sentido, e a sentença absolutória naquele feito, lá de Garanhuns, onde ele seria acusado de homicídio culposos no trânsito. Além disso juntou-se também; isso inclusive foi trazido no rol de documento à impetração; juntou-se também uma certidão de trânsito em julgado para a acusação dessa decisão proferida nos autos do processo lá em Garanhuns. Em razão disso reiterou-se o pedido de liberdade provisória em favor do paciente, considerando que entendemos que, em sede de mutirão carcerário, a decisão que indeferiu a liberdade do paciente funda-se exclusivamente no fato de que ele responderia a outro processo na comarca de Garanhuns. Ressalte-se, como já dito, que desse processo, dessa acusação ele foi absolvido com o trânsito em julgado.

Pois bem, Excelências! São essas as primeiras considerações que faço e depois disso prossigo na minha impetração arguindo o excesso de prazo, embora saibamos que as decisões muito comuns afirmam que processo com pluralidade de réus, um número exagerado, tal qual esse que se aprecia – de 31 acusados, seria um motivo suficiente para manter o cidadão encarcerado por mais tempo do que admite a lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



Peço vênia a V.Exas. e ousou discordar de decisões dessa natureza, porque entendo que as garantias constitucionais como o princípio da presunção de inocência, ou seja, da não culpabilidade, como outros trazidos pela nossa Carta Magna não podem ser desprezados sob o argumento de que se pretende, como se vê nas decisões, diminuir a criminalidade no nosso Estado. Entendo que a criminalidade deve ser reduzida, naturalmente como cidadão que sou e vítima também da violência como qualquer um de nós, mas acho temerário, acho perigoso quando se admite que alguém permaneça encarcerado com fundamentação desta natureza, pelo simples fato de que é acusado com co-réus em outros processos.

Além disso trago também, na minha impetração, a V.Exas. que observem as condições pessoais do acusado. Se dizia, nas primeiras decisões, que seria ele acusado de um outro crime, deste já foi absolvido, aliás, o entendimento da defesa é que o prejuízo, nessas circunstâncias, ele é bem mais elevado porque a douta magistrada, que proferiu essa decisão, prejudicou o paciente pelo fato dele responder a um outro crime, que veio depois a ser absolvido. Então entendeu a defesa, em sede de juízo de primeiro grau, que o óbice a essa liberdade seria ou é, a razão seria o fato dele responder a outro processo, do qual foi absolvido.

O paciente é réu primário, não tem nenhuma mácula, a não ser aquele processo pelo qual já comentei aqui que está também consignado na impetração, daquele processo em Garanhuns. E aí, colocado o pedido diante do magistrado, esse que presidiu o feito, não mais em sede de mutirão carcerário, na decisão que indeferi o pedido de liberdade, com as considerações da ausência de outro processo e, agora, já com trânsito em julgado pela absolvição, o nobre magistrado trás à colação algumas decisões dos tribunais superiores que afirmam que primariedade, bons antecedentes, profissão definida por si sós não seriam suficientes a admitir a concessão de liberdade, mas como argumento principal, escreve no item 07 do seu decisório: *"(...) no meu sentir a prática de um dos crimes..."* assim como está escrito aqui – *"(...) crimes revestidos de requintes de futilidade e torpeza, vem a justificar de forma plena, por uma questão de manutenção da ordem pública, a decretação da custódia preventiva dos acusados, nos moldes dos arts. 311 e 312"*. Limita-se o nobre magistrado a esse trecho, a esse parágrafo, afirmando que a prática de crimes revestidos de *requintes de futilidade e torpeza*.

Pergunta a defesa, pergunta esse impetrante que crimes? – Porque o paciente não é acusado de nenhum outro crime. Aqueles que a polícia disse que ele seria partícipe, crimes como saída de banco, assaltos; nenhum, Excelências, nenhum, nenhuma acusação, sequer inquérito em curso contra ele em razão de supostos delitos dessa natureza.

E aí para não cansar V.Exas, quero me encaminhar para o fim e dizer que entende esse impetrante que ao paciente deve ser garantido, devem ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

065

observado os preceitos constitucionais da presunção de inocência. E aí peço licença a V.Exas. para ler trecho de ementa de um julgado do eminente Min. Celso de Melo, no HC nº 96.095 do Estado de São Paulo, diz o eminente Ministro: "(...) o princípio constitucional da presunção de inocência em nosso sistema jurídico consagra, além de outras relevantes consequências, uma regra de tratamento que impede o poder público de agir e de se comportar em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado, ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. O estado de comoção social e de eventual indignação popular, motivado pela repercussão da prática da infração penal, não pode justificar, por si só, a decretação da prisão cautelar do suposto autor do comportamento delituoso, sob pena de completa e grave aniquilação do postulado fundamental da liberdade. O clamor público, precisamente por não constituir causa legal da justificação da prisão processual (CPC art. 312) não se qualifica como fato de legitimação da privação cautelar da liberdade do indiciado ou do réu. Não se reveste de idoneidade jurídica, para efeito de justificação do ato, excepcional da prisão cautelar. A alegação de que a prisão é necessária para resguardar a credibilidade da justiça."

Excelências, com essas considerações, venho perante V.Exas. requerer seja conhecido excesso de prazo na instrução criminal neste processo ou, alternativamente, que se observe o direito à liberdade provisória do paciente, tudo conforme o que foi exposto aqui e na impetração.

É assim que requer.

DESEMBARGADOR MARVO MAGGI (RELATOR) PROCEDEU À LEITURA DO SEU VOTO DE FLS. 137/141 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Sr. Presidente, o advogado falou, na tribuna, que 05 (cinco) dos acusados foram liberados...

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (RELATOR)

É, pelo mutirão carcerário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

148
066

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

E a motivação, tem como nós sabermos a motivação dessa liberação, essa concessão da liberdade para esses cinco? Qual foi a fundamentação?

ADVOGADO – MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO – OAB/PE 23.923

Excelência, pela ordem.

Está consignada, inclusive, a motivação na impetração. Leio aqui para V.Exas. um trecho ...

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (RELATOR)

(LEU FLS. 76 DOS AUTOS)

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

É, é difícil.

ADVOGADO – MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO – OAB/PE 23.923

Excelência, pela ordem.

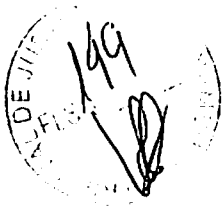
Eu trago à colação na impetração a cópia da decisão que deferiu. Acho que V.Exa., Dr. Gustavo,...

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (RELATOR)

Está aqui, vou ler agorinha. (LEU FLS. 76V). E a magistrada, aqui, deferi uma parte dizendo que não corresponde àquela outra situação.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Sr. Presidente, não era essa decisão. A decisão que concedeu aos cinco; porque eles estão alegando aí que cinco foram liberados; a decisão que liberou os cinco.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

067

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (RELATOR)

(LEU FLS. 70/72 DOS AUTOS)

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Excelência, eu vou pedir vista dos autos.

DECISÃO:

"APÓS O VOTO DO RELATOR DENEGANDO A ORDEM, O DES. GUSTAVO LIMA PEDIU VISTA DOS AUTOS."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



068

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 11.05.2010
HABEAS CORPUS Nº 208571-0 – RECIFE
IMPETRANTES : MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO
PACIENTE : CARLOS ANDRÉ BARBOSA DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

PROCESSO ADIADO A REQUERIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA, EM SESSÃO DO DIA 30.03.2010.

O VOTO VISTA ENCONTRA-SE ÀS FLS. 152/155 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Essa prisão é preventiva, foi em flagrante?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Em flagrante.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Artigo 288, formação de quadrilha.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

São vários réus. Seis deles foram liberadas no mutirão e a juíza disse que não o liberava.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

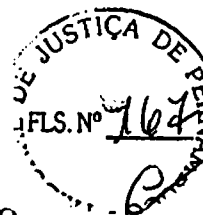
Foi só formação de quadrilha ou teve outro?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Ele está só em formação de quadrilha.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Ele está preso desde quando? Eles foram pegos com armas ou alguma coisa?
Tem alguma referência a isso?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Ele só está no 288. Houve toda uma investigação e descobriram que ele era
taxista e parece que auxiliava o pessoal nas saídas de banco.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

O 288 prevê reclusão de um a três anos, em tese daria até um semiaberto, até
um aberto. Se a juíza fundamentou unicamente nesse fato e se a gente constata
que não existe mais esse óbice, então já adiantando peço vênha ao
Desembargador Relator para acompanhar o voto vista no sentido da concessão
da ordem.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, CONCEDEU-SE A ORDEM, EXPEDINDO-SE
ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DO PACIENTE, SE POR OUTRO MOTIVO
NÃO ESTIVER PRESO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. GUSTAVO LIMA."

Adelma